



RELATÓRIO DE INSPEÇÃO GERAL – VARA ÚNICA

COMARCA	Ipixuna do Pará
UNIDADE INSPECIONADA	Vara Única da Comarca de Ipixuna do Pará
COMPETÊNCIA DA UNIDADE ATO NORMATIVO	Geral
DATA DE INSPEÇÃO/EDITAL	09 e 10 de maio de 2024 - EDITAL Nº 002/2024-CGJ
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO NA UNIDADE	Orlene Rafaela Santos Rodrigues Diretora de Secretaria – mat. 216780
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO DA CGJ	Eliana Conceição Vasques da Silva Pereira Tiara Aires Guedes

1. INFORMAÇÕES GERAIS DA UNIDADE (Dados Funcionais e Administrativos):

Juiz/Juíza de Direito/Período de titularidade ou exercício:

Ítalo Gustavo Tavares Nicácio – juiz respondendo pela unidade desde 21/12/2023.

1.1. Afastamentos do(a) magistrado (a) nos últimos 03 (três) meses:

- Férias: não
- Folgas compensatórias: 27/03/2024 e 08 a 12/04/2024.
- Licenças: não

1.2. Quantos expedientes encontram-se pendentes de resposta à Presidência, Corregedoria, Ouvidoria, Coordenadorias, Seção de Direito Penal e Turmas de Direito Penal?

No âmbito da Corregedoria, a Secretaria da CGJ prestou a seguinte informação: Informo, que consultando o sistema PJECor desta Corregedoria, usando o parâmetro: "**Ipixuna do Pará – Vara Única - TJP**", não foi localizado nesta Corregedoria expedientes disciplinares em tramitação; Informo ainda, que foi localizado expedientes administrativos em andamento, a saber: **PP 0001047-79.2024.2024.2.00.0814** (Prazo em curso - Aguardando manifestação), **CorOrd 0000182-56.2024.2024.2.00.0814** (Prazo em curso - Aguardando manifestação); Informo por derradeiro, que nada foi localizado em desfavor do magistrado que responde pela Vara, Dr. **Ítalo Gustavo Tavares Nicácio**.

Não foram identificados expedientes pendentes de resposta nos demais setores.

2. CORPO FUNCIONAL DA UNIDADE:

2.1. Quadro de pessoal:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Vara Unica da Comarca de Ipixuna do Para

SubArea Comarcas do Interior
Lotação Vara Unica da Comarca de Ipixuna do Para
Gestor(a) [Orlene Rafaela Santos Rodrigues](#)
Localização FORUM DA COMARCA DE IPIXINA DO PARA
Telefones (91) 3811-2684
E-mail Institucional

Nome	Vinculo	Grupo
Adria Geisa Lima dos Santos	Requisitado - Prefeitura	Requisitado - Nivel Fundamental
Carlos Henrique Borges Ferreira	Requisitado - Prefeitura	Requisitado - Nivel Fundamental
Gustavo de Oliveira Santos	Efetivo	Analista Judiciario
Italo Gustavo Tavares Nicacio	Magistrados	Diretor do Forum de Ipixuna do Para
Joermilton Silva Coelho	Requisitado - Prefeitura	Requisitado - Nivel Medio
Julia Dorothea Goncalves Avezedo	Estagiario	Estagiario
Luis Fillipe de Godoi Trino	Magistrados	
Manoel Rodrigues Barbosa	Efetivo	Auxiliar Judiciario
Orlene Rafaela Santos Rodrigues	Efetivo	Analista Judiciario
Rayane Costa Soares	Efetivo	Analista Judiciario
Pedro Magalhaes Ferreira Ventura Netto		Exclusivamente Comissionado

2.1.1 Secretaria

Vínculo do(a) servidor(a)	Quantitativo
Efetivos (as)	2
Exclusivamente comissionados(as)	0
Cedidos(as)/Requisitados(as)	2
Estagiários/as	0
Terceirizados/as	0

2.1.2. Gabinete:

Vínculo do(a) servidor(a)	Quantitativo
Efetivos(as)	2
Exclusivamente comissionados(as)	1
Cedidos(as)/Requisitados(as)	0
Estagiários(as)	0
Terceirizados(as)	0

2.2. Como é feito o acompanhamento dos resultados a partir das metas fixadas no plano de ação para 2024?

O acompanhamento dos resultados alcançados é feito através dos indicadores



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

fornecidos pelo Painel de Gestão Judiciária e o controle das metas nacionais é realizado pelo Portal de Metas Nacionais.

A unidade apresentou **plano de ação** (Anexo 1).

OBS CGJ: Durante a Inspeção a equipe da CGJ refletiu com o magistrado e servidores sobre a **necessidade de individualizar as etapas e ações desenvolvidas no plano de ação, indicando os responsáveis** por cada uma delas, bem como estabelecer data para as **reavaliações, no máximo a cada 90 dias, com a finalidade de analisar se as ações que estão sendo desenvolvidas** estão gerando resultados satisfatórios e, se houver necessidade, proceder a readequação do plano implementando novas ações.

Na ocasião o magistrado se comprometeu a fazer a revisão do plano de ação a cada 90 (noventa) dias e a realizar reunião com os servidores para verificar o cumprimento das metas, as dificuldades encontradas e a necessidade de atualização e inclusão de novas metas.

2.3. Quais cursos ofertados pela Escola Judicial foram realizados pelos servidores da unidade judicial nos últimos 24 meses? Informar nome do servidor, curso e data de realização. A realização de cursos está sendo observada pelos gestores no momento da avaliação periódica de desempenho do servidor?

Os gestores (magistrado e diretora de secretaria) informaram que realização de cursos está sendo observada no momento da avaliação periódica dos servidores.

Abaixo seguem os cursos realizados pelos servidores:

SERVIDOR	CURSO	DATA
Orlene Rafaela Santos Rodrigues	PJE E SUAS FUNCIONALIDADES TURMA 4: OFÍCIO PRECATÓRIO	11/04/2024
	JE E SUAS FUNCIONALIDADES TURMA 2: REMESSAS	09/04/2024
	PJE E SUAS FUNCIONALIDADES - TURMA 1: AUTOS DIGITAIS	08/04/2024
	TREINAMENTO SEEU - PRÁTICA PARA SERVIDORES - MÓDULO I	12/03/2024
	TREINAMENTO SEEU - PRÁTICA PARA SERVIDORES - MÓDULO II	13/03/2024
	TREINAMENTO SEEU - PRÁTICA PARA SERVIDORES - MÓDULO III	14/03/2024
	TREINAMENTO SEEU - PRÁTICA PARA SERVIDORES - MÓDULO IV	19/03/2024
	WORKSHOP: A NOMINAÇÃO PADRÃO DE ETIQUETAS NO PJE -	19/03/2024
	TREINAMENTO SIGA DOC	25/01/2024
	TREINAMENTO: PJE NA PRÁTICA - TURMA 12 - AUTOS DIGITAIS	01/08/2023
	TREINAMENTO: PJE NA PRÁTICA - TURMA11- PAINEL DO USUÁRIO / MENU	31/07/2023



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

	VERTICAL	
Rayane Costa Soares		
	TREINAMENTO SEEU - PRÁTICA PARA SERVIDORES - MÓDULO I	12.03.2024
	TREINAMENTO SEEU - PRÁTICA PARA SERVIDORES - MÓDULO II	13.03.2024
	TREINAMENTO SEEU - PRÁTICA PARA SERVIDORES - MÓDULO V	20.03.2024
Gustavo de Oliveira Santos		
	TREINAMENTO - PJE E SUAS FUNCIONALIDADES TURMA 4: OFÍCIO PRECATÓRIO	11/04/2024
	TREINAMENTO - PJE E SUAS FUNCIONALIDADES - TURMA 3: REDISTRIBUIÇÃO	10/04/2024
	TREINAMENTO - PJE E SUAS FUNCIONALIDADES TURMA 2: REMESSAS	09/04/2024
	TREINAMENTO - PJE E SUAS FUNCIONALIDADES - TURMA 1: AUTOS DIGITAIS	08/04/2024
	WORKSHOP: A NOMINAÇÃO PADRÃO DE ETIQUETAS NO PJE	19/03/2024
	TREINAMENTO SEEU – PRÁTICA PARA SERVIDORES - MÓDULO III	14/03/2024
	TREINAMENTO SEEU - PRÁTICA PARA SERVIDORES - MÓDULO I	12/03/2024
	TREINAMENTO: PJE NA PRÁTICA - TURMA 39: MODELOS	07/12/2023
	TREINAMENTO: PJE NA PRÁTICA - TURMA 38: COMUNICAÇÕES	06/12/2023
	TREINAMENTO: PJE NA PRÁTICA - TURMA 37: AUTOS DIGITAIS	05/12/2023
	TREINAMENTO - PJE NA PRÁTICA - TURMA 36: Painel do Usuário / Menu Vertical	04/12/2023
	TREINAMENTO PJE NA PRÁTICA - TURMA 29: CADASTRO, DISPONIBILIDADE E DESIGNAÇÃO DE PERÍCIA	08/11/2023
	WEBINÁRIO: VIOLAÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: CARACTERÍSTICAS E ALTERNATIVAS PARA SEU ENFRENTAMENTO.	30/10/2023
TAINA BATISTA LIMA		
	1) TREINAMENTO: PJE NA PRÁTICA - TURMA 31: SERVIDOR UNAJ/COBRANÇA	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

	(20/11/2023); 2) TREINAMENTO SEEU - PRÁTICA PARA SERVIDORES - MÓDULO I (12/03/2024) ; 3) TREINAMENTO SEEU - PRÁTICA PARA SERVIDORES - MÓDULO II (13/03/2024); 4) TREINAMENTO SEEU – PRÁTICA PARA SERVIDORES - MÓDULO III (14/03/2024); 5) TREINAMENTO SEEU - PRÁTICA PARA SERVIDORES - MÓDULO IV (19/03/2024); 6) TREINAMENTO SEEU - PRÁTICA PARA SERVIDORES - MÓDULO V (20/03/2024)	
MATHEUS GONÇALVES ROCHA		
	Curso Boas Práticas em Segurança da Informação	Início 13.03.2022 Conclusão 27.11 2022
	Curso Funções e Rotinas do Oficial de Justiça	Início: 08.08.2021 Conclusão: 13.03.2022
	Informações ao Servidor	2022
	Curso SEEU sistema Eletrônico de Execução Unificado	2022

3. INSTALAÇÕES DA UNIDADE:

3.1. Houve pleito administrativo para resolução de problemas estruturais identificados na última correição tanto do Gabinete como da Secretaria? Qual última movimentação do expediente?

Na ocasião da inspeção, não havia expedientes em aberto. O Fórum de Ipixuna apresenta queda frequente no fornecimento de internet e energia elétrica, conforme exposto pelo magistrado e servidores da comarca, prejudicando os trabalhos da unidade judicial.

OBS CGJ.: Durante a Inspeção, a internet passou por constantes oscilações, com interrupção frequente do serviço, não permitindo o acesso aos sistemas (PJe, BNMP, SNA, entre outros) pela equipe da Corregedoria no decorrer dos trabalhos.

Ressalta-se que a inspeção ocorreu entre os dias 09 e 10 e nos dois dias foi possível observar queda no fornecimento da energia e da rede de internet.

RECOMENDA-SE abertura de SIGADOC para comunicar a Secretaria de Informática acerca da frequente oscilação no fornecimento do serviço de internet, devendo informar os números de chamados técnicos, porventura abertos, para solucionar a questão.

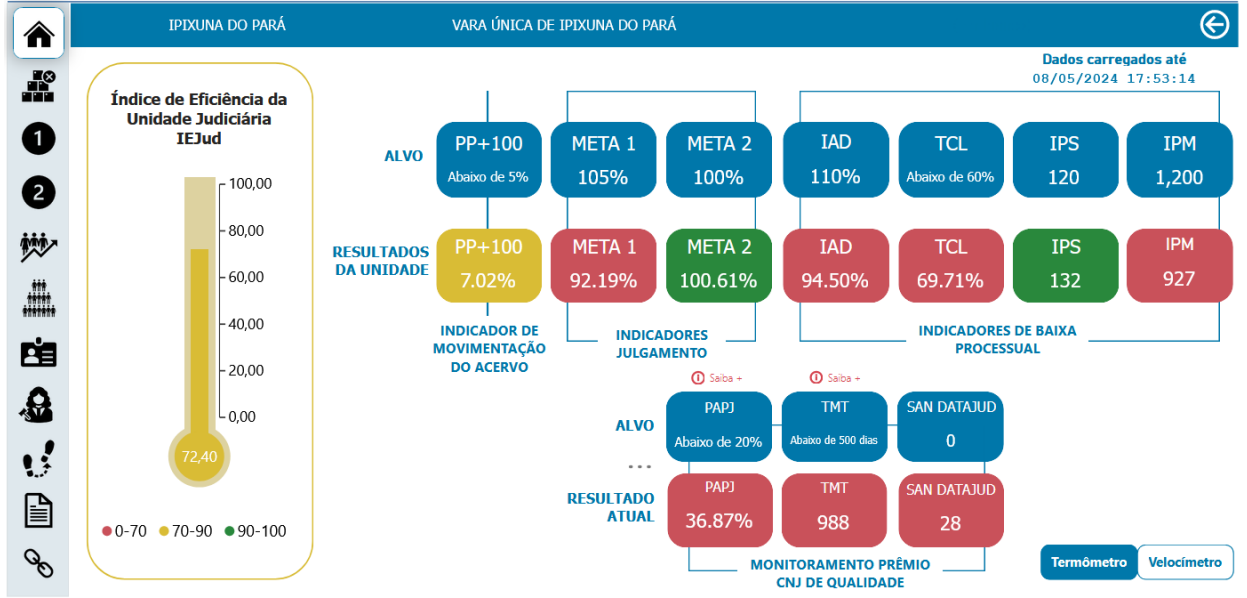
4. DADOS ESTATÍSTICOS:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA



Tribunal de Justiça do Estado do Pará
PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU



4.1. PROCESSOS JUDICIAIS:

*Data de coleta de dados pela Unidade: 29/04/2024

Dados processuais	Total no período da extração dos dados	Total na data Inspeção
Total de processos em tramitação na Vara, incluindo suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente (acervo total)	2.749	2.753
Total de processos suspensos, sobrestados ou arquivados provisoriamente	298	300
Total do acervo com prioridade	349	359
Total de processos sem movimentação há mais de 100 dias em Secretaria (excluídos suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente)	167	118
Total de processos com prioridade legal sem movimentação há mais de 100 dias em Secretaria (excluídos suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente)	17	08
Total de processos conclusos para o(a) magistrado(a)	849	823
Total de processos conclusos para o(a) magistrado(a) há mais de 100 dias	99	87
Total de processo conclusos para o(a) magistrado há mais de 100 dias envolvendo prioridade legal	29	24

4.2. FLUXO PROCESSUAL NOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) MESES:

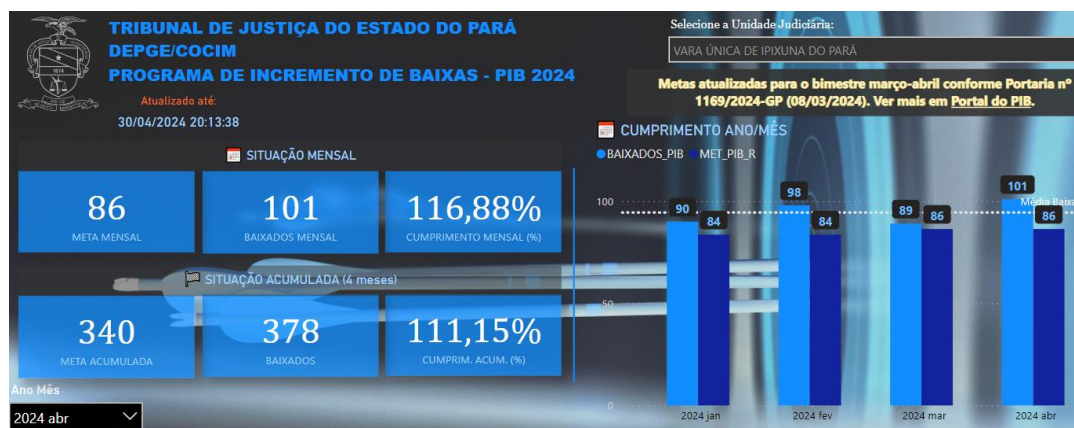
*Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Período: 29.01.2024 a 29.04.2024

PROCESSOS JUDICIAIS	QUANTIDADE
Total de processos distribuídos e redistribuídos	325
Total de processos julgados	415
Total de processos baixados definitivamente do acervo (Fonte: Painel PIB)	288



4.3. PRODUTIVIDADE DO(S) MAGISTRADO(S) NOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) MESES:

*Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária

Período: 29/01 a 29/04/2024

ATOS PROCESSUAIS DOS(AS) JUIZ(AS):	QUANTIDADE
Decisões	738
Despachos	395
Sentenças com resolução de mérito	271
Sentenças sem resolução de mérito	144
Audiências realizadas	228

OBS. CGJ.: A unidade informou a realização de 627 audiências, porém no Painel de Gestão Judiciária, restou verificado o total de 228 audiências realizadas nos últimos 03 meses.

4.4. É realizado acompanhamento de processos paralisados no PGJ para evitar que entrem nos 100(cem) dias sem movimentação?

A unidade faz o acompanhamento dos processos paralisados há mais de 100 dias, com base na listagem extraída do Painel de Gestão Judiciária.

OBS CGJ.: Durante os trabalhos de inspeção, a unidade foi orientada a trabalhar de forma preventiva, implementando em sua rotina metodologia de trabalho para evitar o atingimento dos 100 dias de paralisação, utilizando ferramenta do Painel de gestão Judiciária que permite o controle de paralisação por dias, extraíndo lista de processos paralisados há 70/80 e/ou 90 dias.

5. METAS NACIONAIS E DIRETRIZES DO CNJ/2024:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

METAS NACIONAIS 2024 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E ESTATÍSTICA COORDENADORIA DE CONTROLE DE INDICADORES E METAS		Atualização 08/05/2024	COMARCA, Unidade Judiciária [usar seta à esquerda para subníveis de Comarca] IPIXUNA DO PARÁ (COMARCA) + VARA ÚNICA DE IPIXUNA DO PARÁ (Unidad... ▾)				
Meta 1	Meta 2	Meta 2 +14	Meta 4	Meta 8 FEM	Meta 8 VDM	Meta 10	Meta 11
✓ Meta cumprida Situação 126,69% Grau de Cumprimento 310 Processos Distribuídos 394 Processos Julgados	✓ Meta cumprida Situação 100,62% Grau de Cumprimento 80,49% Grau de Julgamento 1.202 Meta de Processos 47 Processos Julgados -7 Necessidade de Julgar	✗ Não cumprida Situação 82,46% Grau de Cumprimento 82,46% Grau de Julgamento 57 Meta de processos 47 Processos Julgados 10 Necessidade de Julgar	✗ Não cumprida Situação 85,47% Grau de Cumprimento 55,56% Grau de Julgamento 18 Meta de Processos 15 Processos Julgados 3 Necessidade de Julgar	✗ Não se aplica Situação Não se aplica Grau de Cumprimento Não se aplica Grau de Julgamento Não se aplica Meta de Processos Não se aplica Processos Julgados Não se aplica Necessidade de Julgar	✗ Não cumprida Situação 70,18% Grau de Cumprimento 63,16% Grau de Julgamento 35 Meta de Processos 24 Processos Julgados 11 Necessidade de Julgar	✗ Não cumprida Situação 53,06% Grau de Cumprimento 18,57% Grau de Julgamento 25 Meta de Processos 13 Processos Julgados 12 Necessidade de Julgar	✗ Não cumprida Situação 70,57% Grau de Cumprimento 63,51% Grau de Julgamento 67 Meta de Processos 47 Processos Julgados 20 Necessidade de Julgar

5.1. Qual ação estabelecida no planejamento da unidade para cumprimento da Meta 1/2024-CNJ?

Considerando o painel de metas do ano de 2024, a Comarca encontra-se com grau de cumprimento da Meta 01 em 126,28%.

OBS CGJ.: Em razão da **variabilidade da Meta**, é **imprescindível** que a unidade realize constante **monitoramento da entrada de casos** novos através do Painel de Gestão Judiciária, a fim de **julgar mensalmente, no mínimo, mais processos do que a entrada de feitos do mês anterior**. **RECOMENDA-SE** manter o grau de cumprimento da meta em percentual superior a **110%**.

5.2. Quantos processos precisam ser julgados para cumprimento da Meta 2/2024-CNJ? E quantos destes aguardam julgamento há mais de 10 (dez) anos? (gestão judiciária)

A Meta 2 está cumprida para 2024, com grau de cumprimento de 100,62%. Porém, há **necessidade de julgamento de 10 processos da Meta 2+14 (pendentes de julgamento há mais de 14 anos)**.

OBS CGJ.: Orienta-se ao magistrado que seja extraída a planilha de processos pendentes de julgamento da Meta 2+14, devendo para tanto acessar o Painel de Processos Pendentes de Metas Nacionais disponível nos links do Gestão Judiciária.

5.3. Quantos processos precisam ser julgados para cumprimento das Metas 4, 8, 10, 11/2024-CNJ? (gestão judiciária)?

META 4 - 03 processos
META 8 – 11 processos
META 10 – 12 processos
META 11 – 20 processos

OBS CGJ.: **Orienta-se ao magistrado** acessar o Painel de Processos Pendentes de Metas Nacionais, disponível nos links do Gestão Judiciária, a fim de extrair a planilha de processos pendentes de julgamento da referidas Metas.

5.4. Houve diminuição da Taxa de congestionamento da unidade judicial (como



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

parâmetro inicial 01.01.24 e final a data de realização da inspeção)?

Houve diminuição em 02 pontos percentuais da taxa de congestionamento líquido da unidade judicial entre 01.01.24 e a data da inspeção.

Percentual TCL em 01.01.2024: **72,16%**

Percentual TCL data da inspeção (09/10/2024): **70,02%**

APLICAÇÃO E GESTÃO DE PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS - DIRETRIZ ESTRATÉGICA NÚMERO 05/2024- CORREGEDORIA NACIONAL

5.5. Nos processos suspensos em razão do aguardo de julgamento de precedentes foram lançadas etiquetas com a identificação do tema e órgão responsável pelo julgamento?

Em consulta ao acervo de processos suspensos da unidade judiciária, através do Painel de Gestão Judiciária, na data da inspeção, **não foram identificados processos suspensos por IRDR e/ou Recurso Repetitivo.**

Em consulta ao Pje verificou-se a etiqueta "IRDR", sem tema correlacionado. Não havia processos vinculados à etiqueta.

OBS CGJ.: Os servidores do Gabinete foram orientados a cadastrar as decisões de **SUSPENSÃO** por IRDR com o movimento do código 12098 identificando os processos com **ETIQUETA específica por número do TEMA e órgão julgador.** Enquanto a Secretaria deverá realizar o controle dos processos, a fim de que ocorrendo o julgamento pelas Cortes Superiores, seja feita conclusão para imediata análise do magistrado, e uma vez decidido pelo levantamento da suspensão a Secretaria deverá utilizar o movimento do código 14985. A Secretaria deverá adotar providências para retirada das etiquetas antes do arquivamento do feito.

5.6. Qual o quantitativo de processos que se encontram suspensos, aguardando julgamento pelas Cortes Superiores e pelo Tribunal como precedentes obrigatórios? Quais temas?

Não foram localizados processos nessa condição. Vide item 5.5

5.7. Após o julgamento de precedentes obrigatórios firmados pelas Cortes superiores e pelo Tribunal, qual o prazo para retomada do julgamento dos processos individuais então suspensos?

Não havia processos nessa condição.

OBS CGJ I: Havendo processos suspensos na unidade aguardando julgamento de precedentes pelas cortes superiores, sendo tais demandas julgadas, devem de pronto ser submetidas a apreciação judicial para sua retomada.

5.8. Existem processos ainda suspensos cujos temas já tenham sido julgados pelas Cortes Superiores?

Não foram localizados processos nessa condição. Vide item 5.5

5.9. Nos processos suspensos em razão de estarem aguardando julgamento de precedente são lançadas etiquetas com identificação do tema e órgão responsável?



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Não foram localizados processos nessa condição. Vide item 5.5

5.10. Em que periodicidade são revistos os processos que se encontram suspensos por aguardarem julgamento vinculante de Tribunal?

Não foram localizados processos neste sentido.

OBS CGJ.: Havendo processos suspensos por IRDR, ao menos uma vez por semana um servidor da unidade deverá verificar o conteúdo dos e-mails encaminhados pelo NUGEPNAC quanto aos precedentes, especialmente no que se refere aos julgamentos de temas que tiverem demandas suspensas na unidade, bem como poderá acompanhar as informações do NUGEPNAC pelo grupo de WhatsApp. Devem ainda consultar no site do TJPA e Cortes Superiores acerca do julgamento.

5.11. Por quais ferramentas de consulta são acompanhados os julgamentos dos temas que buscam fixação de precedente obrigatório? Com que regularidade/periodicidade são feitas as consultas?

Através do NUGEPNAC.

Ver orientações do item 5.10

INFÂNCIA E JUVENTUDE

5.12. Quantas audiências concentradas foram realizadas para reavaliar as medidas socioeducativas de internação e semiliberdade nos últimos 12 meses?

A execução das medidas socioeducativas de internação e semiliberdade é acompanhada pelas varas da infância e juventude da Capital, conforme Resolução 019/2014-GP, art. 1º, I E II.

5.13. Quantas audiências concentradas foram realizadas para reavaliar a medida protetiva de acolhimento de crianças e adolescentes, nos últimos 6 meses?

Em consulta ao sistema PJe da unidade judicial, entre o período de 10/12/23 a 10/05/2024 (últimos 6 meses), verificou-se **01 audiência concentrada realizada** no dia 11/03/2024. Processo **0801228-65.2023.8.14.0301**.

5.14. Há na comarca Programa ou Projeto que objetive o desenvolvimento de ações voltadas ao processo de desinstitucionalização do jovem que vive em casa de acolhimento institucional, em vias de completar 18 anos? (Diretriz estratégica 10 da Corregedoria Nacional 2024)

Não havia programa/projeto desenvolvido com esse objetivo na comarca.

REGISTROS PÚBLICOS

5.15. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, qual a periodicidade de fiscalização do funcionamento dos cartórios de registro de pessoas naturais em regime de plantão, nos finais de semana e feriados? (Diretriz estratégica 4 da Corregedoria Nacional 2024)

O magistrado informou que a periodicidade de fiscalização é **anual**.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

OBS CGJ.: Em consulta ao PJE COR, restou verificada que a última Correição Ordinária realizada nos cartórios de Ipixuna do Pará ocorreu no ano de 2024: Cartório do Único Ofício de Ipixuna do Pará - CNS 67207, registrada sob nº 0002862-14.2024.2.00.0814; Cartório do Único Ofício da Vila de Badajós - CNS 66001, registrada sob nº 0002861-29.2024.2.00.0814.

5.16. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, informe se o cartório de registro de pessoas naturais possui posto avançado em maternidade e casa de saúde, assim como promove o cadastramento de parteiras nas localidades distantes? (Diretriz estratégica 4 da Corregedoria Nacional 2024)

O Cartório de Ipixuna do Pará não possui posto avançado em maternidade. Não há unidade interligada no hospital e não é feito o cadastro de parteira pelo Cartório de Ipixuna do Pará.

5.17. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, o assunto “Registro de nascimento após o prazo legal” (TPU 7732) encontra-se devidamente identificado? Quantos processos com esse assunto encontram-se aguardando julgamento? (Diretriz estratégica 4 da Corregedoria Nacional 2024)

Em consulta à planilha do acervo ativo da unidade judiciária, extraída do Painel de Gestão Judiciária, a CGJ verificou 03 processos com o assunto “Registro de nascimento após o prazo legal” (TPU 7732) em ANDAMENTO, **distribuídos anteriormente ao ano de 2021.**

REGIÃO	COMARCA	UNIDADE	PENDENTES/JULGAMEN	IDCLAS	CLASSE	ASSUNTO	DATA_DISTRIBUIÇÃO
6º POLO	IPIXUNA DO PARÁ	VARA ÚNICA DE IPIXUNA DO PARÁ	00067069720178140111	1682	Retificação ou Suprimento ou Re 7732 - Registro de nascimen	18/10/2017 14:2	
6º POLO	IPIXUNA DO PARÁ	VARA ÚNICA DE IPIXUNA DO PARÁ	00079710320188140111	1682	Retificação ou Suprimento ou Re 7732 - Registro de nascimen	20/11/2018 15:5	
6º POLO	IPIXUNA DO PARÁ	VARA ÚNICA DE IPIXUNA DO PARÁ	08002032220208140111	1682	Retificação ou Suprimento ou Re 7732 - Registro de nascimen	17/06/2020 23:4	

OBS CGJ.: Imprescindível que a unidade **ultime as diligências** para finalização dos referidos processos, de modo que demandas desta natureza não ultrapasse 01 (um) ano de tramitação.

5.18. Há na unidade localidade com concentração potencial de sub registro civil? Existe programação na unidade para a realização de ações que visem erradicar o sub registro civil? (Diretriz estratégica 4 da Corregedoria Nacional 2023)

Segundo informações prestadas na Inspeção pela unidade, não foi identificada na comarca concentração de sub registro. E não são desenvolvidas na comarca ações que visem erradicar o sub registro civil.

RECUPERAÇÃO JUDICIAL/FALÊNCIA

5.19. O Juízo de Recuperação Judicial/Falência, ao deferir o processamento de recuperação judicial ou decretar falência, tem oficiado ao Núcleo de Cooperação Judiciária do TRT 8ª Região solicitando lista completa de processos trabalhistas de CONHECIMENTO, LIQUIDAÇÃO e EXECUÇÃO, que tramitem contra a sociedade empresária ou grupo econômico reconhecido judicialmente como beneficiado com o deferimento do processamento da recuperação judicial (Termo de Cooperação Jurisdicional nº 001/2023, celebrado entre TJPA e TRT 8ª Região, em 30.10.2023)?

Ao verificar o acervo ativo da unidade, extraindo a planilha de processos do Gestão Judiciária, utilizando o filtro na coluna “classe”, restou verificado que **não havia**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

processos classificados como Falência e/ou Recuperação Judicial tramitando na unidade.

OBS CGJ: Dada a competência de falência e recuperação judicial, havendo processos dessa natureza em tramitação, imprescindível atenção aos ditames do Termo de Cooperação Jurisdicional nº 001/2023, celebrado entre TJPA e TRT 8ª Região, em 30.10.2023.

CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO – RESOLUÇÃO Nº 471/2022-CNJ – DIRETRIZ ESTRATÉGICA NÚMERO 11 CORREGEDORIA NACIONAL

5.20. O juízo tem observado os requisitos para a distribuição das ações de execução fiscal a partir do julgamento do TEMA 1182 pelo Supremo Tribunal Federal?

Não foram informadas medidas adotadas pelo magistrado nesse sentido.

Utilizando o filtro por classe, disponível no Painel de Gestão Judiciária, restou verificado no acervo ativo da unidade **59 processos classificados** como **Execução Fiscal em andamento**.

OBS CGJ: Restou observado no acervo ativo de execuções fiscais da unidade que **é utilizado apenas um assunto “Dívida ativa”,** o que não permite um melhor gerenciamento do acervo entre os tributos de competência municipal e estadual. Desta forma, fica orientada a unidade que as **demandas classificadas como execuções fiscais exigem que o assunto principal venha acompanhado do respectivo tributo.** Com relação aos impostos, por exemplo, ver código 5916 na Tabela de assuntos do CNJ a partir do qual são disponibilizados códigos individuais para cada imposto: 5946 – ICMS, 5952 – IPTU, 5951 – ISS e outros. A utilização correta dos assuntos sempre será aliada na agilização de triagem do acervo.

RECOMENDA-SE a adoção de medidas para adequar a **distribuição das ações de execução fiscal às premissas elencadas pelo Supremo Tribunal Federal no do julgamento do TEMA 1184.**

AÇÕES AMBIENTAIS – DIRETRIZ ESTRATÉGICA NÚMERO 13/2024 CORREGEDORIA NACIONAL

5.21. As demandas envolvendo matéria ambiental recebem etiqueta de identificação “AÇÃO AMBIENTAL”?

No sistema **PJe** da unidade judicial, **restou verificado as seguintes etiquetas envolvendo matéria ambiental:**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Havia 73 processos vinculados a etiqueta “GAR AMBIENTAL” e 01 processo vinculado à etiqueta “acp ambiental”. As demais não possuíam processos vinculados.

COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA – RESOLUÇÃO 350/2020-CNJ – DIRETRIZ ESTRATÉGICA NÚMERO 17/2024 CORREGEDORIA NACIONAL

5.22. Informar quantos termos de cooperação jurisdicionais/atos consertados foram firmados, indicando: a) os envolvidos, b) a matéria tratada e c) a comunicação à Corregedoria?

Não foram firmados termos de cooperação / atos consertados.

6. ROTINA DE TRABALHO DA SECRETARIA:

6.1. Por amostragem, verifique em 03 (três) processos que se encontravam suspensos se a unidade observou o procedimento recomendado na Nota Técnica elaborada pelo Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística-DPGE/TJPA, encaminhada através do ofício circular n. 048/2022-CGJ, quanto à premente necessidade de retirada da condição de suspensão/sobrestamento de autos antes do movimento de julgamento/baixa de processos no sistema PJE? (Ofício circular n. 048/2022-CGJ, expedido nos autos PJECOR n. 0002009-73.2.00.0814)

A CGJ analisou por amostragem os seguintes processos:

1. PROCESSO Nº 0003706-89.2017.8.14.0111 (Classe: Cumprimento de Sentença): processo arquivado provisoriamente em 2018 - consta como suspenso no Painel de Gestão Judiciária, porém no Pje verificou-se que se encontra em tramitação. **Necessário realizar a devida retirada de suspensão.**

2. PROCESSO Nº 0000384-02.2014.8.14.0100 (Classe: Cumprimento de Sentença): processo migrado do LIBRA - consta como suspenso no Painel de Gestão Judiciária,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

porém no Pje verificou-se que se encontra em tramitação. **Necessário realizar a devida retirada de suspensão.**

3. PROCESSO Nº 0800768-44.2024.814.0111 (Classe: Restauração Registro de Nascimento): processo sentenciado em 18/07/2024, com certidão de trânsito em julgado em 22/07/2024 (id 120865907). Processo arquivado provisoriamente. Necessário retirada do arquivamento provisório e uma vez adotadas as providências devidas pela Secretaria, **proceder ao arquivamento definitivo.**

4. 0000037-62.1997.8.14.0100 (Classe: ação penal): Processo suspenso por decisão judicial id 83749676 – em 16/12/2022. Regular.

OBS CGJ I: Processos suspensos: No Painel de Gestão Judiciária foram identificados na Unidade Judicial **300 processos suspensos.**

Nº DO PROCESSO	ANO DO PROCESSO	SISTEMA	IDCLASSE	CLASSE
00000014920188140111	2018	PJE1G	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário
00000095520018140100	2001	PJE1G	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário
00000167620038140100	2003	PJE1G	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário
00000222520188140111	2018	PJE1G	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário
00000261820068140100	2006	PJE1G	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário
00000273720058140100	2005	PJE1G	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário
00000298020008140100	2000	PJE1G	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário
00000306520008140100	2000	PJE1G	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário
00000376219978140100	1997	PJE1G	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário
00000442520148140111	2014	PJE1G	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário
00000455820058140100	2005	PJE1G	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário
00000554420018140100	2001	PJE1G	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário
00000657320108140100	2010	PJE1G	1116	EXECUÇÃO FISCAL
00000715620058140100	2005	PJE1G	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário
00000788720018140100	2001	PJE1G	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário
00000799620068140100	2006	PJE1G	1116	EXECUÇÃO FISCAL
00000875920148140111	2014	PJE1G	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário

OBS CGJ II: Durante a inspeção, orientou-se sobre a importância de utilizar os movimentos corretos para cadastrar os atos judiciais que determinam a suspensão processual (decisão/despacho de suspensão/sobrestamento deve ser cadastrada pelo Gabinete utilizando um dos **movimentos da hierarquia do código 025** (decisão) ou **11025** (despacho) da TPU, devendo **necessariamente escolher o movimento específico** para melhor gerenciamento dos suspensos pelo Painel de Gestão Judiciária.

OBS CGJ III: Da mesma forma, é imprescindível fazer o levantamento da suspensão com os movimentos corretos, pois do contrário interferirá na produtividade do magistrado e nos índices de eficiência da unidade, uma vez que a sentença e a baixa processual nos processos suspensos não contabilizam. O **levantamento da suspensão deve ser realizado pela Secretaria da unidade utilizando-se os seguintes movimentos:** 1) 12066 cumprimento de levantamento da suspensão (caso geral); 2) 14974 – Levantamento da causa suspensiva ou de sobrestamento (casos específicos) – através da tarefa específica do Pje “levantamento da suspensão”.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Orienta-se ao magistrado que, por ocasião de lançamento de despachos e decisões em processos, estejam vigilantes quanto a eventual irregularidade na condição de suspensos dos respectivos processos, de modo que naquela ocasião já seja realizada a determinação do levantamento da suspensão pela Secretaria.

Orienta-se à Diretora de Secretaria que **regularize as situações apontadas nos processos analisados por amostragem** bem como que, **por ocasião das correções ordinárias anuais**, seja verificado todo o acervo de processos suspensos, de modo que ainda que subsistam as causas de suspensão, fique atestado (seja apenas no relatório de correção ou individualmente em cada processo) que os mesmos tem tido verificação regular.

6.2. Por amostragem, verifique se os bens apreendidos vinculados aos feitos em tramitação na Unidade foram devidamente cadastrados e destinados no SNBA (Sistema Nacional de Bens Apreendidos). Caso na data da Inspeção já se encontre disponibilizado pelo Conselho Nacional de Justiça a possibilidade de realização do cadastramento de bens através do novo Sistema Nacional de Gestão de Bens-SNGB, verifique, por amostragem, os cadastros realizados neste sistema, nos termos da Resolução n. 483/CNJ-2022. (Resolução n. 483-CNJ, de 19/12/2022 - Institui o Sistema Nacional de Gestão de Bens e dá outras providências)

Em consulta ao Sistema Nacional de Bens Apreendidos, em 05/08/2024, **havia 32 bens** cadastrados no referido sistema **pendentes de destinação final**:

Tribunal de Justiça Estadual: Tribunal de Justiça do Estado do Pará
: 1º GRAU - TJPA
Comarca: IPIXUNA DO PARÁ
Varas e Juizados Estaduais: VARA UNICA DE IPIXUNA DO PARA
Bem Apreendido: Todos:
Destinacao do Bem: A Definir
Descrição Complementar do Bem:

Pesquisar Imprimir Imprimir Detalhado

Bem Apreendido	Tipo	Quantidade	Valor
Armas e acessórios	Pistola SemiAutomática/ Automática	1	-
Armas e acessórios	Revólver	1	-
Armas e acessórios	Revólver	1	-
Armas e acessórios	Artesanal	1	-
Armas e acessórios	Artesanal	1	-
Armas e acessórios	Artesanal	1	-
Armas e acessórios	Revólver	1	-
Armas e acessórios	Artesanal	1	-
Armas e acessórios	Artesanal	1	-
Armas e acessórios	Artesanal	1	-
Armas e acessórios	Revólver	1	-
Armas e acessórios	Artesanal	1	-
Armas e acessórios	Artesanal	1	-
Armas e acessórios	Artesanal	1	-

Número de registros: 32



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

No Sistema Nacional de Gestão de Bens – SNGJ – referente a Vara única de Ipixuna do Pará - foram identificados **114 bens apreendidos cadastrados** (Consulta realizada no dia 12/08/2024).

OBS CGJ I.: Durante a inspeção, a unidade foi orientada a cadastrar todos os bens apreendidos no Sistema Nacional de Gestão de Bens – SNGB – nos termos da RESOLUÇÃO 483/CNJ-2022, bem como dar destinação final, ainda que fiquem sob custódia da Delegacia.

6.3. É realizado o saneamento de classe e assunto das demandas em trâmite da unidade de modo que a classe esteja sempre no último nível e o assunto esteja, pelo menos, no terceiro nível? Apontar o número de processos pendentes de saneamento desta natureza constante da lista disponibilizada no Painel de Gestão Judiciária (SAN DATAJUD)

Na data de inspeção havia 44 processos pendentes de saneamento. Em 12/08/2024 esse número era de 10 processos.

O Saneamento está sendo realizado por Grupo de Trabalho do Tribunal de Justiça.

6.4. Qual a regularidade de atualização no processo eletrônico (PJE) de dados como endereço, telefone, e-mail, de partes, advogado, Ministério Público e outros, após o recebimento do peticionamento para permitir a automação na confecção de mandados e de quaisquer documentos que tenham natureza de comunicação?

A unidade informou que, em regra, a atualização é feita *sempre que uma informação nova surge no processo*.

OBS CGJ. I: Durante a inspeção a equipe da Corregedoria orientou quanto a **imprescindibilidade desta atualização no momento de verificação da pasta agrupadores e/ou momento que o servidor tomar conhecimento nos autos dessa atualização**, sempre antes da expedição de **decisões, mandados e outros cumprimentos**, para fins de otimização das ferramentas de automatização no sistema Pje (cadastros de decisões, despachos, mandados e outros, todos em lote com a utilização de variáveis).

6.5. Quantas notificações aguardam verificação pasta agrupadores? Qual a data da notificação mais antiga?

Havia 152 notificações, a mais antiga datada de 16/04/2024

OBS-CGJ: Através de consulta pelo período “sempre” foram identificadas 69 (sessenta e nove) petições avulsas não lidas nos agrupadores.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

OCPF/CNPJ Processo com parte sem CPF/CNPJ Buscar resultados desde Sempre

PESQUISAR LIMPAR

Petições avulsas não lidas - (69)

<input type="checkbox"/>	Processo	Documento	Peticionante	Juntado em
<input type="checkbox"/>	APOrd 0801033-80.2023.8.14.0111	114864270 - Devolução de Mandado (Certidão)	MATHEUS GONCALVES ROCHA - Oficial de Justiça	07/05/2024
<input type="checkbox"/>	CarIPrecCiv 0800234-03.2024.8.14.0111	114881362 - Devolução de Mandado (Certidão)	MATHEUS GONCALVES ROCHA - Oficial de Justiça	07/05/2024
<input type="checkbox"/>	PrEsAn 0801412-21.2023.8.14.0111	114884337 - Devolução de Mandado (Certidão)	MATHEUS GONCALVES ROCHA - Oficial de Justiça	07/05/2024

RECOMENDA-SE a leitura diária dos agrupadores para conhecimento, análise e movimentação das petições, habilitações, documentos não lidos, verificação dos mandados devolvidos pelos oficiais de justiça, apreciação dos pedidos de assistência judiciária gratuita e análise de prevenção, devendo **após a leitura do documento e/ou movimentação do processo, ser retirado de destaque dos agrupadores**, haja vista que a saída não é automática.

6.6. O mandado de prisão civil é cadastrado no BNMP?

Sim

6.7. Quantos processos migrados encontram-se pendentes de regularidade e não foram movimentados no PJE?

03 processos, recentemente desarquivados e migrados.

6.8. Consultando o painel de gestão judiciária foi verificado processo com prioridade paralisado há mais de 100 (cem) dias em Secretaria?

Restou verificado **17 processos com prioridade paralisados há mais de 100 dias. Ver orientação do item 4.4.**

6.9. Print de tela contendo toda a barra de tarefas da secretaria da unidade



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Tarefas	
Filtros	
Avaliar ato proferido de julgamento	28
Aguardando apreciação em regime de plantão	2
Aguardando apreciação pela instância superior	84
Aguardando o pagamento de custas iniciais	7
Aguardando publicação no DJEN	7
Aguardando retorno dos correios	1
Aguardar realização de audiência	18
Analisar manifestação parcial	55
Analisar pendência para suspensão	1
Analisar suspensão ou sobrestamento	32
Apreciar segredo de justiça	2
Arquivo provisório	41
Avaliar ato proferido de decisão	117
Avaliar ato proferido de despacho	37
Avaliar ato proferido	1
Avaliar decisão em audiência	5
Avaliar decisão sobre justiça gratuita	94
Avaliar decisão sobre liminar e tutela	3
Avaliar decisão sobre pagamentos de custas	4
Avaliar decisão sobre prevenção	2
Avaliar expedição de documento	59
Avaliar homologação de acordo	5
Comunicação por correios frustrada	1
Confirmar minuta de documento	7
Cumprir liminar deferida	28
Custas não pagas	5
Designação de audiência	27
Erro na publicação no DJEN	26
Mioração do sistema LIBRA	3



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Minutar análise de desarquivamento	6
Minutar apreciação de justiça gratuita	24
Minutar ato de análise de liminar e tutela	26
Minutar ato de decisão	207
Minutar ato de despacho	68
Minutar ato de homologação	2
Minutar ato de julgamento	134
Minutar decisão sobre pagamento de custas	6
Minutar documento	4
Minutar levantamento de suspensão ou sobrestamento	1
Preparar comunicação	6
Processo com prazo em curso	124
Processo suspenso com prazo	5
Processo suspenso sem prazo	2
Processo suspenso	22
Processos devolvidos pelo plantão	16
Processos redistribuídos para esta unidade	3
Processos remetidos por declinação de competência	18
Processos suspensos	1
Recebimento de instância superior	5
Reclassificação de conclusão	1
Selecionar central de mandados	1
Verificar providência a adotar	155
Verificar se houve trânsito em julgado	15
[CBA] Verificar pendências de baixa automática	35
[CRIM] Aguardando apreciação pela instância superior	34
[CRIM] Aguardando prazo	220
[CRIM] Aguardar realização de audiência	101



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

[CRIM] Analisar suspensão ou sobrestamento	14
[CRIM] Arquivar processo	1
[CRIM] Arquivo provisório	45
[CRIM] Avaliar expedição de documento	165
[CRIM] Confirmar ato de decisão inicial	1
[CRIM] Confirmar ato de decisão	7
[CRIM] Confirmar ato de julgamento	5
[CRIM] Confirmar minuta de documento	2
[CRIM] Cumprir ato proferido de acordo de não-persecução penal	34
[CRIM] Cumprir ato proferido de decisão inicial	1
[CRIM] Cumprir ato proferido de decisão	180
[CRIM] Cumprir ato proferido de despacho	124
[CRIM] Cumprir ato proferido de julgamento	41
[CRIM] Cumprir determinação sobre desarquivamento	1
[CRIM] Designação de audiência	137
[CRIM] Encerrar expedientes (manualmente)	1
[CRIM] Minutar ato de acordo de não-persecução penal	19
[CRIM] Minutar ato de decisão	148
[CRIM] Minutar ato de despacho	53
[CRIM] Minutar ato de julgamento	37
[CRIM] Minutar documento	14
[CRIM] Minutar levantamento de suspensão ou sobrestamento	1
[CRIM] Preparar ato de comunicação simplificado criminal	4
[CRIM] Preparar comunicação	12
[CRIM] Processo suspenso com prazo	2
[CRIM] Processo suspenso	188
[CRIM] Processos redistribuídos para esta unidade	2
[CRIM] Recebimento de instância superior	6
[CRIM] Redistribuir eletronicamente	1
[CRIM] Remeter ao 2o Grau	1
[CRIM] Selecionar central de mandados	2
[CRIM] Verificar manifestação inquérito	1
[CRIM] Verificar manifestação	148
[CRIM] Verificar providência a adotar	120

7. MANDADOS/ CENTRAL DE MANDADOS/ CARTAS PRECATÓRIAS:



7.1. A Unidade adota modelo de mandado no PJE? (anexar o modelo)

Sim, a Unidade adota modelo de mandado no PJE

OBS. CGJ.: Apesar de adotar modelo no PJE, a CGJ identificou que não estão sendo expedidos com a utilização de todas as variáveis disponíveis no PJE.

Durante a Inspeção, a técnica de informática Noemy fez a demonstração para os servidores de como realizar o cadastro no Pje do mandado com a utilização de variáveis, ressaltando a necessidade manter a base de dados do PJE constantemente atualizada para que o mandado possa ser expedido com a utilização de variáveis e do QR Code.

OBS. CGJ. I: A unidade foi orientada quanto a utilização das variáveis na confecção dos modelos de mandados relativa aos dias e horários de audiências, nomes das testemunhas a serem intimadas e correspondentes aos documentos anexos aos mandados (chave de acesso), deixando claro que todas elas deveriam ser utilizadas a partir de então para a confecção de forma automatizada dos referidos mandados.

OBS. CGJ.II: Sobre esta mesma questão, restou demonstrado e orientado à equipe a imprescindibilidade quanto a correta alimentação e manutenção do sistema com relação ao nome de partes, testemunhas e respectivos endereços, para que de fato seja viável a utilização da automatização e diminuição no tempo de confecção dos mandados.

7.2. Há mandados pendentes de cumprimento/devolução por oficial de justiça, com prazo extrapolado? Quantos? Identifique-os.

No Painel de Acompanhamento de Mandados, restou verificado **172 mandados pendentes** de cumprimento/ devolução.

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Painel de Acompanhamento de Mandados

Seleção a unidade lotação do mandado: VARA ÚNICA DE IPIXUNA DO PARÁ

Período: 01/01/2023 a 08/08/2024

Último carregamento em: 08/08/2024 14:20:13

UNIDADE	DISTRIBUIDOS	REDISTRIBUIDOS	DEVOLVIDOS	PENDENTES	EM ANDAMENTO
VARA ÚNICA DE IPIXUNA DO PARÁ	1.481		191	1.267	172
Total	1.481	191	1.267	172	170

DESTINO	DISTRIBUIDOS	PENDENTES
ABAETETUBA	2	
ANANINDEUA	12	
AUGUSTO CORRÊA	1	
AURORA DO PARÁ	10	1
BARCARENA	2	
BELEM	12	
BENEVIDES	1	
BONITO	3	
Total	1.481	172

UNIDADE	PROCESSO	IDMANDADO CONSOLIDADO	DATA EVENTO	SITUAÇÃO	PENDENTES	EM ANDAMENTO
VARA ÚNICA DE IPIXUNA DO PARÁ	08000288620248140111	08000288620248140111-106663119-PIEIG	09/01/2024 11:02:25	PENDENTE	2	
VARA ÚNICA DE IPIXUNA DO PARÁ	00087043220198140111	00087043220198140111-106969059-PIEIG	18/01/2024 08:33:22	PENDENTE	1	
VARA ÚNICA DE IPIXUNA DO PARÁ	00087043220198140111	00087043220198140111-106969060-PIEIG	18/01/2024 08:33:22	PENDENTE	1	
VARA ÚNICA DE IPIXUNA DO PARÁ	00087043220198140111	00087043220198140111-106969061-PIEIG	18/01/2024 08:33:22	PENDENTE	1	
VARA ÚNICA DE IPIXUNA DO PARÁ	00087043220198140111	00087043220198140111-106969062-PIEIG	18/01/2024 08:33:22	PENDENTE	1	
VARA ÚNICA DE IPIXUNA DO PARÁ	00010011620208140111	00010011620208140111-106820487-PIEIG	23/01/2024 08:57:45	PENDENTE	1	
VARA ÚNICA DE IPIXUNA DO PARÁ	08000427020248140111	08000427020248140111-106983065-PIEIG	23/01/2024 09:05:04	PENDENTE	2	
VARA ÚNICA DE IPIXUNA DO PARÁ	08003461120208140111	08003461120208140111-107220494-PIEIG	23/01/2024 09:21:54	PENDENTE	1	
VARA ÚNICA DE IPIXUNA DO PARÁ	08008207420239140111	08008207420239140111-107371826-PIEIG	23/01/2024 09:22:49	PENDENTE	1	
VARA ÚNICA DE IPIXUNA DO PARÁ	08003221220228140111	08003221220228140111-106825593-PIEIG	23/01/2024 09:23:58	PENDENTE	1	
VARA ÚNICA DE IPIXUNA DO PARÁ	08001884820238140111	08001884820238140111-106835370-PIEIG	23/01/2024 09:26:01	PENDENTE	1	
Total					172	170



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

OBS CGJ.: Orienta-se que a cobrança dos mandados pendentes, com prazo extrapolado, seja realizada pela Diretora de Secretaria via e-mail. Ressalta-se a necessidade de verificação pela Secretaria Judicial dos mandados pendentes, se ainda necessitam de cumprimento, ou se já perderam o objeto dado o deslinde da questão nos autos processuais. Caso constatada a perda do objeto do mandado, comunique-se ao oficial para devolução, não havendo necessidade de cumprimento. Frisa-se que em caso de mandado expedido por equívoco ou em duplicidade, é necessário que a secretaria proceda o cancelamento dele (antes da distribuição ao oficial de justiça).

7.3. Qual a antecedência que a Secretaria envia o mandado “não urgente” para cumprimento?

Os mandados “não urgentes” são enviados para os devidos cumprimentos com 30 dias de antecedência

OBS. CGJ.: Orienta-se que os mandados sejam encaminhados, no mínimo, com **antecedência de 40 dias**, conforme **PROVIMENTO 009/2019 da Corregedoria**.

7.4. Considerando a Vara como juízo deprecante, há processos aguardando cumprimento de carta precatória há mais de 03 (três) meses? Foi realizada comunicação à Corregedoria? (identifique os processos)

Havia **04 processos aguardando cumprimento de precatória do juízo deprecante há mais de 03 (três) meses**. Não foi realizada a comunicação a corregedoria.

0800676-37.2022.8.14.0111
0800495-70.2021.8.14.0111
0800384-86.2021.8.14.0111
0005755-06.2017.8.14.0111

OBS CGJ.: Orienta-se à Diretora de Secretaria implementar controle e fazer o levantamento dos processos nessa condição, devendo solicitar informações sobre o cumprimento ao juízo deprecado. Não havendo resposta quanto ao cumprimento da diligência ou sua impossibilidade, deverá informar a este censório nos autos de Correição Ordinária.

7.5. Considerando a Vara como juízo deprecado, há processos aguardando cumprimento de carta precatória há mais de 03 (três) meses? Caso positivo, justifique os motivos para a morosidade (identifique os processos).

15 processos nessa condição, em razão da alta demanda de Mandados para apenas 02 Oficiais de justiça:

0802285-43.2023.8.14.0039
0000205-70.2017.8.14.0130
0800319-34.2021.8.14.0130
0800085-07.2020.8.14.0027
0802270-11.2022.8.14.0039
0800602-12.2020.8.14.0027
0801760-27.2024.8.14.0039
0801100-63.2023.8.14.0008



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

0800332-55.2023.8.14.0100
0800379-03.2022.8.14.0023
0801993-24.2024.8.14.0039
0001480-90.2014.8.14.0055
0806634-89.2023.8.14.0039
0800173-19.2022.8.14.0110
0800373-32.2023.8.14.1875

OBS CGJ.: Imprescindível sejam ultimadas providências para cumprimento e devolução de todas as cartas precatórias distribuídas anteriores a março de 2023 até o final do ano de 2024, de modo que quando da correição no ano de 2025 (referente a 2024), seja apontada a informação atualizada.

8. ROTINA DE TRABALHO NO GABINETE:

8.1. Quantas audiências de instrução e julgamento estão pautadas para o presente mês?

28 audiências de instrução e julgamento.

8.2. As audiências estão sendo cadastradas no PJE pelo gabinete no momento da designação? Quais os tipos de audiências realizados pela unidade, conforme nomenclatura do PJE?

As audiências são cadastradas no PJE pela Secretaria no momento de cumprir a diligências. O gabinete designa a data e coloca no despacho/decisão. Em razão da competência geral da unidade, são realizados todos os tipos de audiência disponíveis no PJe.

8.3. Para qual data está pautada a audiência mais distante?

Para o dia **30 de outubro de 2024**, audiência “Acordo de Não Persecução Penal”.

8.4. Consultando o painel de gestão judiciária foi verificado processo com prioridade paralisado há mais de 100 (cem) dias em Gabinete?

Sim. Havia **32 processos** nessa condição.
Ver orientação item 4.4.

8.5. Qual o quantitativo de despachos, decisões e sentenças que foram estabelecidas para os 3 meses seguintes a inspeção pela Corregedoria?

Não havia meta estabelecida nesse sentido.

OBS CGJ.: **Orienta-se ao magistrado**, com base no plano de ação da unidade, trace uma meta de despachos, decisões e sentenças que deverão ser produzidos por cada servidor do Gabinete, visando cumprimento do plano e das metas nacionais.

8.6. Quando identificada possibilidade de conciliação entra as partes é designada audiência de conciliação?

Sim.

8.7. É solicitada designação de conciliador ou indicado CEJUSC para atuar junto à unidade em busca de conciliação?



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Não há CEJUSC na comarca e nem conciliador/mediador com formação atuando na comarca.

8.8. Foram identificados despachos/decisões com a data de audiência em branco? (Análise de 05 processos por amostragem).

Não foram identificados processos com despachos/decisões com data de audiência em branco.

Foram analisados os seguintes processos por amostragem: 0800523-33.2024.8.14.0111; 0800675-18.2023.8.14.0111; 0800399-50.2024.8.14.0111; 0800412-49.2024.8.14.0111 e 0801366-32.2023.8.14.0111.

8.9. Foram designadas audiências com período superior a seis meses entre a data do ato judicial de designação e a data marcada para realização? (Análise de 05 processos por amostragem).

Não foram identificados processos com audiências designadas com período superior a seis meses entre a data do ato judicial de designação e a data marcada para realização.

Por amostragem, foram analisados os seguintes processos: 0800005-43.2024.8.14.0111; 0802454-64.2022.8.14.0039; Processo nº 0800597-24.2023.8.14.0111; 0806421-20.2022.8.14.0039 e 0800492-18.2021.8.14.0111.

OBS-CGJ: No sistema **PJe** da unidade judiciária, restou verificado **27(vinte e sete) audiências** designadas para datas **anteriores à 31/01/2024** onde ainda se encontram com o status **“Designada”**, **não tendo sido finalizada no sistema.**

Além disso, foram localizadas **264 (duzentas e sessenta e quatro) audiências** designadas até a data **19/12/2024** e 01 Júri.

Processo	Data	Vara	Assunto	Classificação	Local	Status
0800019-03.2019.8.14.0111	26/11/2020 12:00	Vara Única de IPIXUNA DO PARÁ	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARÁ X WILQUE DA SILVA FIGUEiredo	ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 (69)	Conciliação, Instrução e Julgamento	SALA AUDIÊNCIA IPIXUNA DO PARÁ Designada
0800218-88.2020.8.14.0111	09/03/2021 09:00	Vara Única de IPIXUNA DO PARÁ	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARÁ X JOSE ORLANDO FREIRE	AÇÃO CIVIL PÚBLICA (65)	Conciliação	SALA AUDIÊNCIA IPIXUNA DO PARÁ Designada
0800377-31.2020.8.14.0111	07/12/2020 11:30	Vara Única de IPIXUNA DO PARÁ	DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE IPIXUNA DO PARÁ X EDICLEY OLIVEIRA OLIVEIRA	PROCESSO DE APURAÇÃO DE ATOS INFRACIONAL (1464)	Instrução e Julgamento	SALA AUDIÊNCIA IPIXUNA DO PARÁ Designada
0001931-68.2019.8.14.0111	15/06/2021 12:30	Vara Única de IPIXUNA DO PARÁ	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARÁ X IOLANE RIBEIRO SOARES	BOLETIM DE OCORRÊNCIA CIRCUNSTANCIADA (1463)	Remissão	SALA AUDIÊNCIA IPIXUNA DO PARÁ Designada
0087390-77.2015.8.14.0111	24/08/2021 09:00	Vara Única de IPIXUNA DO PARÁ	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARÁ X FABIO JOSE DA COSTA BRITO	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (283)	Instrução e Julgamento	SALA AUDIÊNCIA IPIXUNA DO PARÁ Designada
0003891-68.2014.8.14.0100	16/09/2021 12:30	Vara Única de IPIXUNA DO PARÁ	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARÁ X EDILSON CONCEICAO DE CRISTO e outros (1)	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (283)	Instrução e Julgamento	SALA AUDIÊNCIA IPIXUNA DO PARÁ Designada

8.10. Quantos processos foram baixados no mês anterior?

Foram baixados **101 processos no mês de abril/2024.**

Em 08/08/2024, o grau de cumprimento da baixa processual estava em 104,98%, conforme informações do Painel PIB.

8.11. Quantas crianças e adolescentes encontram-se em acolhimento? Há crianças acolhidas há mais de 18 meses?



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Na data da inspeção, havia **13 crianças acolhidas**, sendo **02 (dois) acolhidos há mais de 18 meses**, quais sejam:

Criança	Serviço de Acolhimento	Órgão Julgador	Início do Acolhimento	Tempo de
1 - FELIPE MOURA DE MACEDO	SAI - SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE IPIXUNA DO PARÁ	VARA UNICA DE IPIXUNA DO PARÁ	30/03/2022	2 ano(s) 1 mês(
2 - TAMIRIS CONCEIÇÃO DE CRISTO	SAI - SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE IPIXUNA DO PARÁ	VARA UNICA DE IPIXUNA DO PARÁ	25/06/2022	1 ano(s) 10 mês

OBS CGJ I: Em visita realizada ao Serviço de Acolhimento Institucional da comarca de Ipixuna do Pará, em 11/05/2024, restou verificado **13 crianças/adolescentes em acolhimento institucional**. As considerações sobre condições do estabelecimento, programas e atividades desenvolvidos com os acolhidos, situação de saúde e frequência escolar estão descritas no Relatório de Visita anexo (Anexo 2).

No **SNA**, restou verificado **12 crianças com medida de proteção de acolhimento em Ipixuna do Pará**, porém na planilha do acervo ativo da unidade, extraída do Painel de Gestão Judiciária, identificou-se apenas 03 processos nesta classe (medida de proteção), o que evidencia que a unidade não está realizando a classificação correta dessas ações e/ou não está abrindo procedimento próprio para acompanhamento da medida de proteção.

Nº DO PROCESSO	ANO DE	SITUAÇÃO	SISTEM	IDCLAS	CLASSE	ASSUNTO	DATA DA DISTR
08000251020198140111	2019	EM ANDA	PJE1G	1434	Medidas de Proteção à Criança e Adolescente	9968 - Abuso Sexual	03/12/201
08035213520208140039	2020	EM ANDA	PJE1G	1434	Medidas de Proteção à Criança e Adolescente	9965 - Abandono Material	13/04/202
08012701720238140111	2023	EM ANDA	PJE1G	1392	Apuração de Infração Administrativa às Normas d	9965 - Abandono Material	30/11/202

OBS CGJ II: No sistema PJe, restou verificado processo de execução medida de proteção de acolhimento classificado erroneamente como “Providência” – cod. 1424, quando deveria estar cadastrado na classe 1434, conforme TPU CNJ.

Além disso, foi verificado processo de medida de proteção de acolhimento cadastrada com a classe “Procedimento Comum da Infância e Juventude”:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

PJe ProcComIj 0800718-52.2023.8.14.0111

JHENIFER LORRANE MORAES DA CUNHA X LARISSA MORAES DA CUNHA

Classe judicial: PROCEDIMENTO COMUM INFÂNCIA E JUVENTUDE (1706)

Assunto: Entidades de atendimento (11820)

Jurisdição: Ipixuna do Pará

Autuação: 01 ago 2023

Última distribuição: 01 ago 2023

Valor da causa: 0,00

Segredo de justiça?: SIM

Juízo 100% digital?: NÃO

Justiça gratuita?: SIM

Tutela/liminar?: NÃO

Polo ativo: JHENIFER LORRANE MORAES DA CUNHA (REQUERENTE)

Polo passivo: LARISSA MORAES DA CUNHA (REQUERIDO)

Outros Interessados: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARÁ - CN 05.054.960/0001-58 (FISCAL DA LEI)

OBS CGJ III: Durante a inspeção a Secretaria foi orientada a realizar a reclassificação dos referidos processos de medida de proteção de acolhimento para a CLASSE 1434.

Além do mais, a unidade foi orientada sobre a **necessidade abertura de processo individual da medida de proteção e outro da destituição do poder familiar**, devendo ser encaminhado para que o Ministério Público ingresse com a competente ação.

8.12. Constam crianças/adolescentes com pendências para solução imediata no SNA (Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento)? Identifique os processos.

Na data da inspeção, havia **03 crianças com pendências para solução imediata no SNA**, em razão de acolhimento excedido – sem reavaliação há mais de três meses.

OBS. CGJ: RECOMENDA-SE ao magistrado, com a máxima prioridade, a regularização de todas as pendências para solução imediata no SNA, devendo simultaneamente realizar a devida ATUALIZAÇÃO no Sistema, bem como que realize o constante monitoramento para que não haja mais pendências desta natureza. **Resolução 289/2019 do CNJ.**

8.13. Quantos processos de destituição do poder familiar tramitam na unidade há mais de 120 dias? Identifique os processos.

Foram identificados **02 processos com a classe destituição do poder familiar** tramitando na unidade, dos quais **01 há mais de 240 dias**:

Nº DO PROCESSO	ANO DO	SITUAÇÃO	SISTEM	IDCLAS	CLASSE	ASSUNTO	DATA DA DISTR
08009973820238140111	2023	EM ANDA	PJE1G	15190	Destituição do Poder Familiar	9965 - Abandono Material 11820 - Entidades	02/10/2023
08004600820248140111	2024	EM ANDA	PJE1G	15190	Destituição do Poder Familiar	9965 - Abandono Material 814003 - Entrega	26/04/2024

8.14. Quantos processos de adoção tramitam na unidade há mais de 240 dias. Identifique os processos.

Em consulta ao Painel de Gestão Judiciária **não foram identificados processos de ADOÇÃO em tramitação no acervo da unidade judicial.**

8.15. Qual a data da última comunicação expedida à CEJAI para colocar a criança à disposição de adoção internacional? Após o retorno da CEJAI com que frequência é realizada a Busca Ativa no SNA?

A unidade informou não haver comunicação expedida à CEJAI, uma vez que não



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

houve casos de criança disponível para adoção internacional.

OBS CGJ: RECOMENDA-SE que após esgotadas as buscas de pretendentes nos âmbitos municipal, estadual e nacional, e antes de realizar a busca ativa no SNA, seja expedida comunicação à CEJAI para busca de pretendentes internacionais.
Resolução 289 do CNJ (ANEXO I - Art. 8º).

8.16. Quantos adolescentes estão internados provisoriamente? Há algum com prazo superior a 45 dias?

Não havia adolescente internado provisoriamente, na data da Inspeção.

OBS. CGJ.: Em consulta ao CNAEL (Cadastro Nacional de Adolescentes em conflito com a Lei) não havia registro de guia de internação provisória em tramitação da comarca de Ipixuna do Pará.

8.17. Indicar as datas marcadas para projeto de conciliação da própria unidade judicial, independente das Semanas Estadual e Nacional de Conciliação.

23/05 a 07/06/2024.

8.19. Informar critérios utilizados para a seleção de processos para conciliação e faz-se mediação.

Possibilidade de transação entre as partes.

CRIMINAL:

9. ROTINA CRIMINAL

9.1. Sobre o fluxo processual assinale as etapas que são operacionalizadas:

- a. Fluxo processual: triagem, conferência e correção do cadastro de classes e assuntos processuais;
- b. Análise, controle e tempo médio para análise dos processos vindos do gabinete;
- c. Movimentação processual;
- d. Elaboração de minutas e revisão dos atos de secretaria;
- e. Gestão de rotinas e da equipe, controle estatístico e produtividade da equipe;
- f. controle dos prazos e imediata certificação;
- h. Retificação de autuação no sistema PJE após recebimento da denúncia
- i. Registro dos dados de prisão e soltura dos(as) réus(rés) e atualização das informações constantes da aba "Informações Criminais"

9.2. Há fluxo de trabalho para o recebimento de informações sobre a instauração de qualquer investigação criminal, inquérito policial ou procedimento de investigação criminal no Ministério Público, no prazo previsto no Código de Processo? (Diretriz Estratégica n. 4 – Desenvolver e regulamentar fluxos de trabalho, pelos juízos criminais, para o recebimento de informações sobre a instauração de qualquer investigação criminal, inquérito policial ou procedimento de investigação criminal no Ministério Público, no prazo previsto no Código de Processo Penal, comunicando-se à Corregedoria local)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Durante a Inspeção, restou verificado que não há fluxo de trabalho estabelecido nesse sentido.

OBS CGJ.: Orienta-se que os procedimentos investigatórios iniciais sejam verificados diariamente no momento da análise dos agrupadores e que seja estabelecido fluxo de trabalho na unidade a partir do recebimento dessas informações.

9.3. Como é organizado o atendimento ao público? Quais são os meios utilizados? A Unidade realiza atendimentos através da ferramenta “Balcão Virtual”? (Resolução n. 372/2021-CNJ, de 12/02/2021 e Portaria n. 1724/2021-GP, de 18/05/2021)

A Comarca de IPIXUNA do Pará realiza atendimento ao público de forma presencial no Fórum, por telefone / WhatsApp da comarca e por meio de Balcão Virtual.

9.4. Quantos processos envolvendo presos(as) provisórios(as) se encontram tramitando na Unidade? De que forma são sinalizados e controlados todos os processos nos quais há ré(u) presa(o) provisória(o)? (Deve a Unidade anexar relatório e/ou controle em arquivo word ou excel contendo todos os processos que envolvam réus presos provisórios, com informação da data da prisão, número do processo e última movimentação)

Na data da Inspeção, havia **39 processos de presos provisórios**, 05 em prisão domiciliar e 23 em execução provisória da pena. Os processos são sinalizados e controlados através de etiquetas no PJe, Planilha no Teams e pelo BNMP.

OBS CGJ I: A unidade encaminhou a planilha de Réus Presos (Anexo 3), com **39 presos provisórios**, na qual consta número do processo, nome do preso, data da última movimentação e fase atual do processo. **Porém, não consta a data da prisão, capitulação penal e local da custódia.**

	PROCESSO	RÉU PRESO	Data da última movimentação	FASE ATUAL	
1	0800794-19.2023.8.14.0111	FRANCIMAR DOS SANTOS	19/07/2024	PRONUNCIADO - Aguardando julgamento de recurso	PRONUNCIADO
2	0800298-74.2023.8.14.0111	ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA SILVA	25/03/2024	ROL DE TESTEMUNHAS APRESENTADO - Conclusão p decisão	PREVENTIVA
3	0800171-12.2023.8.14.0111	FRANCISCO ERICK MUNIZ BARATA	18/03/2024	AGUARDANDO AUDIÊNCIA DESIGNADA PARA DIA 07/05/2024, ÀS 12h	PREVENTIVA
4	0802363-33.2023.8.14.0008	VITORIO HENRIQUE COELHO LAMEIRA	26/03/2024	AGUARDANDO AUDIÊNCIA DESIGNADA PARA DIA 14/05/2024, ÀS 11h30min.	PREVENTIVA
5	0800148-66.2023.8.14.0111	MANOEL DE JESUS PANTOJA CASTILHO	27/02/2024	Conclusos - Julgamento - PEDIDO DE RELAXAMENTO DE PRISÃO	PREVENTIVA
6	0800642-28.2023.8.14.0111	Gelson Soares Sodre	25/03/2024	PRONUNCIADO - AGUARDO - PRAZO 422 CPP	PREVENTIVA
7	0800298-74.2023.8.14.0111	Melires Pontes Esposto	25/03/2024	PRONUNCIADO - AGUARDO - PRAZO 422 CPP	PREVENTIVA
8	0800654-86.2023.8.14.0111	Lucas Guilherme Silva do Rosário	04/04/2024	VISTAS A DPE PARA APRESENTAR ALEGAÇÕES FINAIS	PREVENTIVA
9	0800689-02.2023.8.14.0111	Erivaldo Fonseca Lopes	30/04/2024	AUDIÊNCIA REALIZADA - AGUARDANDO CUMPRIMENTO DE ALVARÁ DE SOLTURA	PREVENTIVA
10	0801005-15.2023.8.14.0111	JOSÉ MARIA DE BRITO	02/02/2024	AGUARDANDO AUDIÊNCIA DESIGNADA PARA DIA 30/04/2024	PREVENTIVA
11	0801033-80.2023.8.14.0111	JEAN SILVA DE SOUZA	02/02/2024	AGUARDANDO AUDIÊNCIA DESIGNADA PARA DIA 07/05/2024	PREVENTIVA
12	0800987-91.2023.8.14.0111	EDIVAN FARIAS DA SILVA	30/04/2024	AUDIÊNCIA REALIZADA - AGUARDANDO CUMPRIMENTO DE ALVARÁ DE SOLTURA	PREVENTIVA
13	0801144-54.2023.8.14.0111	THIAGO GUEDES LIMA	25/04/2024	AGUARDANDO AUDIÊNCIA DESIGNADA PARA DIA 28/05/2024, ÀS 13h	PREVENTIVA
14	0801194-90.2023.8.14.0111	PAULO MAX DA SILVA DIAS	11/04/2024	VISTAS À DEFESA PARA APRESENTAR ALEGAÇÕES FINAIS	PREVENTIVA
15	0801194-90.2023.8.14.0111	ERIVALDO LOPES DOS SANTOS	11/04/2024	VISTAS À DEFESA PARA APRESENTAR ALEGAÇÕES FINAIS - PEDIDO DE REVOGAÇÃO	PREVENTIVA
16	0801194-90.2023.8.14.0111	ERIVALDO LOPES DOS SANTOS	11/04/2024	VISTAS À DEFESA PARA APRESENTAR ALEGAÇÕES FINAIS - PEDIDO DE REVOGAÇÃO	PREVENTIVA
17	0801265-92.2023.8.14.0111	GRACIELE DOS SANTOS CABRAL	24/04/2024	APRESENTAR DEFESA PREVIA - TRANSCORREU PRAZO P DPE	PREVENTIVA
18	0801373-24.2023.8.14.0111	ELIEL SANTOS DE CRISTO	11/04/2024	AUDIÊNCIA DESIGNADA PARA O DIA 28/05/2024, ÀS 11H45MIN.	PREVENTIVA
19	0801325-75.2016.8.14.0111	ELIEL SANTOS DE CRISTO	26/03/2024	AGUARDO - PRAZO 422 CPP	PREVENTIVA
20	0801408-81.2023.8.14.0111	IRANILDO PANTOJA CARNEIRO	26/03/2024	CITACÃO - AGUARDANDO RESPOSTA A ACUSAÇÃO	PREVENTIVA
21	0801412-21.2023.8.14.0111	EUGÊNIO CORREA DOS SANTOS	03/04/2024	AUDIÊNCIA DESIGNADA PARA DIA 21/05/2024, ÀS 10H45MIN.	PREVENTIVA
22	0801412-21.2023.8.14.0111	EUGÊNIO CORREA DOS SANTOS	03/04/2024	AUDIÊNCIA DESIGNADA PARA DIA 21/05/2024, ÀS 10H45MIN.	PREVENTIVA
23	0800036-63.2024.8.14.0111	COSMO RIBEIRO ALVES	11/04/2024	CITACÃO EFETUADA - PRAZO DPE APRESENTAR RESPOSTA A ACUSAÇÃO	PREVENTIVA
24	0800028-86.2024.8.14.0111	BRENO SARAIVA DE LIMA	11/04/2024	CITACÃO EFETUADA - PRAZO DPE APRESENTAR DEFESA PREVIA	PREVENTIVA
25	0800193-36.2024.8.14.0111	VALDEISO CONCEIÇÃO LOPES	11/04/2024	CITACÃO - PRAZO P RESPOSTA A ACUSAÇÃO	PREVENTIVA
26	0800170-90.2024.8.14.0111	EDIVAN OLIVEIRA OLIVEIRA	27/03/2024	PRAZO P APRESENTAÇÃO DE DEFESA PREVIA	PREVENTIVA
27	0800170-90.2024.8.14.0111	POLIANA MARIANO DE SOUZA	11/04/2024	AGUARDANDO NOTIFICAÇÃO- PEDIDO DE REVOGAÇÃO/ p mp	PREVENTIVA
28	0800213-27.2024.8.14.0111	ARISERGIO CRUZ DA CONCEIÇÃO	18/04/2024	VERIFICAR	PREVENTIVA
29	0800295-58.2024.8.14.0111	ETIONE GOMES DA SILVA	30/04/2024	CITACÃO - AGUARDANDO RESPOSTA A ACUSAÇÃO	PREVENTIVA
30	0801307-44.2023.8.14.0111	ETIONE GOMES DA SILVA	29/04/2024	CONCLUSO - RESPOSTA A ACUSAÇÃO APRESENTADA	PREVENTIVA
31	0800276-52.2024.8.14.0111	KAIO HENRIQUE SILVA ARAUJO	05/04/2024	CONCLUSOS PJ DECISÃO - DENUNCIA APRESENTADA	PREVENTIVA
32	0800276-52.2024.8.14.0111	KAIO HENRIQUE SILVA ARAUJO	05/04/2024	CONCLUSOS PJ DECISÃO - DENUNCIA APRESENTADA	PREVENTIVA
33	0800276-52.2024.8.14.0111	KAIO HENRIQUE SILVA ARAUJO	05/04/2024	CONCLUSOS PJ DECISÃO - DENUNCIA APRESENTADA	PREVENTIVA
34	0800356-16.2024.8.14.0111	PEDRO DE OLIVEIRA IRINEU	29/04/2024	CONCLUSOS PJ DECISÃO - DENUNCIA APRESENTADA	PREVENTIVA
35	0800272-15.2024.8.14.0111	WILMA ARAUJO VALLES	30/04/2024	CITACÃO - AGUARDANDO RESPOSTA A ACUSAÇÃO	PREVENTIVA
36	0800272-15.2024.8.14.0111	MARCOS PAULO DE SOUSA MARTINS	30/04/2024	CITACÃO - AGUARDANDO RESPOSTA A ACUSAÇÃO	PREVENTIVA
37	0800288-66.2024.8.14.0111	LUCAS DA CRUZ FERREIRA	30/04/2024	PRAZO - MP - PEDIDO DE REVOGAÇÃO DE PREVENTIVA	PREVENTIVA
38	0800424-63.2024.8.14.0111	MARCOS NASCIMENTO DOS REIS	30/04/2024	PRAZO - MP - OFERECER DENUNCIA	PREVENTIVA
39	0800454-98.2024.8.14.0111	DARLEY FURTADO BARRIOS	30/04/2024	PRAZO - MP - OFERECER DENUNCIA	PREVENTIVA

RECOMENDA-SE que a planilha seja elaborada contendo a relação de processos envolvendo réus presos provisórios, com dados de nome do réu, número do processo, capitulação penal, registro INFOPEN/BNMP, data da prisão, estabelecimento de custódia e data da última movimentação da necessidade da prisão, conforme dispõe o artigo 316 do CPP, devendo ser compartilhada entre secretaria e gabinete.

OBS CGJ II: No sistema PJe da unidade judiciária, identificou-se 04 etiquetas de RÉU



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

PRESO e 02 etiquetas de REU PRESO POR OUTRO PROCESSO, todas contendo processos vinculados. Além disso, havia vários processos arquivados definitivamente vinculados às etiquetas “réu preso”.

RECOMENDA-SE que a unidade realize o saneamento, excluindo as etiquetas em duplicidade, devendo manter apenas 01 etiqueta de RÉU PRESO com todos os processos de preso provisório vinculados, bem como apenas 01 etiqueta de REU PRESO POR OUTRO PROCESSO.

RECOMENDA-SE, ainda que antes de arquivar o processo sejam removidas todas as etiquetas do processo, a fim de que as etiquetas reflitam a realidade atual, facilitando assim a gestão processual na unidade judiciária.

Frisa-se que há uma extensão do PJE chamada **PJe+r** na qual há várias automações possíveis do sistema, dentre elas a que facilita a criação e exclusão de etiquetas, inclusive com a possibilidade de unificação das etiquetas com nomes idênticos ou parecidos e com mesma finalidade.

A **Secretaria poderá solicitar apoio à técnica de informática da Corregedoria**, Noemy.Carvalho (via Teams) solicitando orientações para instalação e manuseio do PJe+r, visto que não foi possível realizar o workshop durante a inspeção em razão de falha no serviço de internet.

9.5. Por amostragem, verificar se há processos envolvendo presos(as) provisórios(as) tramitando há mais de 180 (cento e oitenta) dias. (Resolução n. 66/2009-CNJ - Cria mecanismo de controle estatístico e disciplina o acompanhamento, pelos juízes e Tribunais, dos procedimentos relacionados à decretação e ao controle dos casos de prisão). É realizada a revisão da manutenção de prisão cautelar da(o)s ré(u)s presa(o)s provisória(o)s a cada 90 (noventa) dias? (artigo 316, parágrafo único do Código de Processo Penal)

Por amostragem, foram analisados os seguintes processos:

1. Processo nº 0800664-86.2023.8.14.0111: prisão preventiva decretada em 27/07/2023.
2. Processo nº 0800786-02.2023.8.14.0111: prisão preventiva decretada em 21/08/2023.
3. Processo nº 0801412-21.2023.8.14.0111: prisão preventiva decretada em 01/01/2024 e revogação da prisão em 01/02/2024.
4. Processo nº 0800629-29.2023.8.14.0111: prisão preventiva decretada em 05/07/2023 e revogação da prisão em 12/01/2024.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

5. Processo nº 0800242-77.2024.8.14.0111: prisão preventiva decretada em 06/03/2024 e revogação da prisão em 19/03/2024.

OBS CGJ I: Em relação aos processos analisados por este censório, havia dois processos de presos provisórios tramitando há mais de 180 dias (0800664-86.2023.8.14.0111 e 0800786-02.2023.8.14.0111). É realizada revisão da manutenção de prisão cautelar a cada 90 dias.

OBS CGJ II: Não foi possível aferir quantos processos de presos provisórios tramitavam há mais de 180 dias na unidade, em razão da planilha de presos não possuir coluna específica com a data da prisão. A Secretaria deverá **observar a recomendação do item 9.4.**

9.6. Quais são os estabelecimentos penais sob responsabilidade do Juízo? O(A) Magistrado (a) tem realizado inspeções mensais e inserido o respectivo relatório sobre as condições do estabelecimento no Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP? (Anexar cópia do último relatório)

Delegacia de Polícia Civil de IPIXUNA DO PARÁ

Usuário: TIARA GUEDES AIRE

Inspeções Penais

Principal Cadastrar Retificar Pesquisar Relatórios Contato Manual | Sair

PESQUISAR ESTABELECIMENTO PENAL

Esfera: ESTADUAL

Tribunal de Justiça Estadual: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

1º Grau - Justiça Estadual: 1º GRAU - TJPA

Comarca: IPIXUNA DO PARÁ

Situação: ATIVO

Estabelecimento:


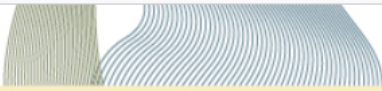
Estabelecimento Penal	Orgão
DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE IPIXUNA DO PARÁ	IPIXUNA DO PARÁ

Número de registros: 1 | Página 1 de 1

Em consulta ao sistema **CNIEP**, em 12/08/2024, restou verificado que o magistrado realizou inspeções na Delegacia de Polícia Civil de Ulianópolis nos meses de janeiro a julho de 2024, cujas inspeções encontram-se regularmente cadastradas no referido sistema:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA



Inspeções Penais

Principal
Cadastrar
Retificar
Pesquisar
Relatórios
Contato
Manual | Sai

LISTAGEM DE INSPEÇÃO

Esfera: Estadual

Tribunal de Justiça Estadual: Tribunal de Justiça do Estado do Pará

1º Grau - Justiça Estadual: 1º Grau - TJPA

Comarca:

Situação:

Estabelecimento Penal:

Ano:

Mês:

Condições Estab.:

Considerações:

Providências:

Mês/Ano	Responsável	Orgão	Estabelecimento	Recibo
Julho/2024	USU5F5461D5987BE	IPIXUNA DO PARÁ	DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE IPIXUNA DO PARÁ	Imprimir
Junho/2024	USU5F5461D5987BE	IPIXUNA DO PARÁ	DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE IPIXUNA DO PARÁ	Imprimir
Maior/2024	USU5F5461D5987BE	IPIXUNA DO PARÁ	DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE IPIXUNA DO PARÁ	Imprimir
Abril/2024	USU5F5461D5987BE	IPIXUNA DO PARÁ	DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE IPIXUNA DO PARÁ	Imprimir
Março/2024	USU5F5461D5987BE	IPIXUNA DO PARÁ	DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE IPIXUNA DO PARÁ	Imprimir
Fevereiro/2024	USU5F5461D5987BE	IPIXUNA DO PARÁ	DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE IPIXUNA DO PARÁ	Imprimir
Janeiro/2024	USU5F5461D5987BE	IPIXUNA DO PARÁ	DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE IPIXUNA DO PARÁ	Imprimir

OBS CGJ.: Em **10/08/2024** a equipe da CGJ realizou visita à **Delegacia de Polícia Civil de Ulianópolis**, cujo relatório encontra-se anexo (**Anexo 4**).

10. DO BANCO NACIONAL DE MEDIDAS PENAIIS E PRISÕES – BNMP:

10.1. De que forma Unidade alimenta e controla os dados registrados no BNMP nos termos da Resolução n. 417/2021 do Conselho Nacional de Justiça? A Unidade observa e realiza diligente e eficiente verificação do sistema para sanar eventuais inconsistências de informações e cadastros de mandado de prisão e alvará de soltura da(o)s ré(u)s, inclusive com verificação se a(o) ré(u) possui RJI (Registro Judicial Individual)? – (Resolução n. 417/2021-CNJ - Institui e regulamenta o Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP 3.0) e dá outras providências).

A unidade realiza alimentação e controle de dados no BNMP sempre que há alguma prisão ou soltura, bem como, quando surge alguma informação nova sobre o denunciado. **Na data da inspeção, não havia inconsistências no BNMP.**

10.2. Considerando a Resolução n. 113/2010 do CNJ, há expedição da guia de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

recolhimento no prazo de 05 (cinco) dias nos processos em que proferida sentença condenatória? *(Dispõe sobre o procedimento relativo à execução de pena privativa de liberdade e de medida de segurança e dá outras providências)*

Sim. Foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:

1. Processo nº 0006577-24.2019.8.14.0111: guia de execução expedida;
2. Processo nº 0006857-92.2019.8.14.0111: guia de execução expedida 12/05/2022;
3. Processo nº 0800731-22.2021.8.14.0111: guia de execução expedida 22/08/2022;
4. Processo nº 0800744-21.2021.8.14.0111: guia de execução expedida 20/09/2023.

OBS CGJ.: Nos processos analisados, por amostragem, **restou verificado que a unidade judiciária realizou a expedição da competente guia de execução.**

10.3. O cumprimento dos alvarás de soltura ou do mandado de desinternação observa o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas previsto no artigo 6º da Resolução n. 417/2021-CNJ?

Sim. Foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:

1. Processo nº **0800595-25.2021.8.14.0111**: decisão de revogação da prisão em 20/05/2024 / alvará de soltura expedido em 20/05/2024.

2. Processo nº **0800602-46.2023.8.14.0111**: Sentença em 28/02/2024 – alvará de soltura expedido em 28/02/2024.

3. Processo **0800987-91.2023.8.14.0111**: Sentença em 30/04/2024 / alvará de soltura expedido em 30/04/2024.

4. Processo **0801144-64.2023.8.14.0111**: Sentença em 28/05/2024 / alvará de soltura expedido em 28/05/2024.

OBS CGJ.: Nos processos analisados por amostragem, **restou verificado que a expedição do alvará de soltura ocorreu dentro do prazo de 24 horas.**

10.4. Ao expedir o alvará de soltura ou mandado de desinternação, a Unidade realiza consulta ao sistema nacional ou de informação criminal se o(a) acusado(a) foi preso(a) em flagrante por outro delito ou se há em seu desfavor mandados de prisão por outro crime? Qual o tempo médio para verificação?

Sim. A consulta é realizada no ato de expedição do alvará de soltura.

10.5. Constatada a falta de cumprimento do alvará de soltura, na forma e prazo legal, o(a) juiz(iza) comunica a irregularidade à Corregedoria-Geral de Justiça ou a do Juízo deprecado, bem como ao Ministério Público?

Até a data da inspeção, não foi verificado casos de falta de cumprimento.

11. DO CONTROLE DOS PRAZOS PRESCRICIONAIS:

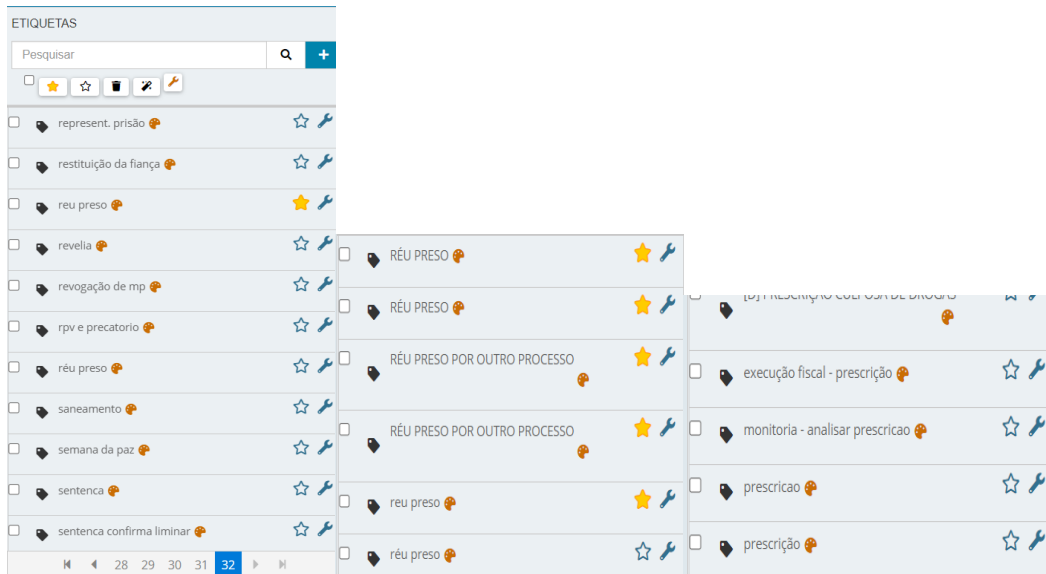
11.1. Qual a data da última verificação do prazo prescricional dos processos em tramitação na Unidade de forma a observar a Resolução n. 112/2010-CNJ? *(Resolução 112/2010-CNJ- institui mecanismo para controle dos prazos de prescrição*



nos tribunais e juízos dotados de competência criminal)

Não souberam especificar uma data. A unidade informou que os prazos prescricionais estão sendo verificados sempre que é determinada a suspensão no processo. Os processos estão sendo etiquetados apenas com o ano final do prazo prescricional.

OBS CGJ: A Unidade possui 32 (trinta e duas) páginas de etiquetas. Havia várias etiquetas semelhantes com a mesma finalidade como por exemplo etiquetas de “réu preso”.



RECOMENDA-SE que as etiquetas para controle de prazo prescricional sejam lançadas pelo Gabinete e identificadas com a descrição “Prescrição MÊS e ANO”, devendo a prática ser adotada na rotina de gabinete a fim de facilitar a gestão processual pela Secretaria e resultar num controle mais efetivo da prescrição.

11.2. Qual a data da última verificação dos processos que se encontram suspensos com fundamento no artigo 366 do Código de Processo Penal para cumprimento do procedimento determinado pelo Provimento n. 15/2009-CJRMB? (Provimento n. 15/2009-CJRMB – dispõe acerca dos procedimentos a serem adotados pelas Varas Criminais nos casos de processos suspensos com base no artigo 366 do Código de Processo Penal)

16/02/2024

12. EXECUÇÃO PENAL:

(O questionário do item execução penal deve ser preenchido quando se tratar de Unidade judicial com competência privativa)

12.1. Dados estatísticos do Sistema Eletrônico de Execução Unificado- SEEU:

Data do preenchimento dos dados: 30/04/2024

PERFIL NO SEEU	Regime fechado e semiaberto	Regime aberto e Medidas Alternativas
-----------------------	------------------------------------	---



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Total de Execuções Ativas:		73
Intimações pendentes na Secretaria – COM URGÊNCIA		0
Análise de juntadas - Juntadas para realizar com URGÊNCIA		0
Análise de juntadas – Retorno de conclusão com URGÊNCIA		0
Análise de juntada – processos aguardando recebimento no Distribuidor		0
Processos com pendência de implantação*		9
Processos com inconsistências*		9
Total de processos conclusos		35
Total de processos conclusos há mais de 100 (cem) dias.		0

***Corregedoria Geral:** *Informações a serem solicitadas à Secretaria de Informática do TJPA (servidor Yan Yuri)

A Unidade possui 9(nove) processos com incongruências no Sistema SEEU

Tribunal	Comarca	Vara	Número Único	Nome	
TJPA	Comarca de Ipixuna do Pará	Vara Única da Comarca de Ipixuna do Pará - Execuções Penais em Meio Aberto	00010075720198140111	RAIMUNDO BENEDITO SOUZA	C
TJPA	Comarca de Ipixuna do Pará	Vara Única da Comarca de Ipixuna do Pará - Execuções Penais em Meio Aberto	00011232920208140111	RICARDO MEDEIROS SANTOS	C
TJPA	Comarca de Ipixuna do Pará	Vara Única da Comarca de Ipixuna do Pará - Execuções Penais em Meio Aberto	00019279720128140039	RENILSON DE BRITO ARAUJO	C
TJPA	Comarca de Ipixuna do Pará	Vara Única da Comarca de Ipixuna do Pará - Execuções Penais em Meio Aberto	00427018520188030001	FABIO LOPEZ PEREIRA	C
TJPA	Comarca de Ipixuna do Pará	Vara Única da Comarca de Ipixuna do Pará - Execuções Penais em Meio Aberto	20000010520248140111	EDIVALDO MENDES VASCONCELOS	C
TJPA	Comarca de Ipixuna do Pará	Vara Única da Comarca de Ipixuna do Pará - Execuções Penais em Meio Aberto	20000025820228140111	LEONARDO GABRIEL SOUSA DA COSC	C
TJPA	Comarca de Ipixuna do Pará	Vara Única da Comarca de Ipixuna do Pará - Execuções Penais em Meio Aberto	200000028720248140111	Antonio Carlos de Souza	C
TJPA	Comarca de Ipixuna do Pará	Vara Única da Comarca de Ipixuna do Pará - Execuções Penais em Meio Aberto	20000138720228140111	IVANILSON DA CONCEIÇÃO SILVA	C
TJPA	Comarca de Ipixuna do Pará	Vara Única da Comarca de Ipixuna do Pará - Execuções Penais em Meio Aberto	20000181220228140111	DANIELTON MENDES DOS SANTOS	C

OBS CGJ I: Foram verificados **09** processos pendentes de implantação no sistema eletrônico de execução unificado (SEEU).

O DIRETOR DE SECRETARIA DEVERÁ REGULARIZAR AS PENDÊNCIAS APONTADAS NO SEEU, devendo prestar informações no relatório de Correição Ordinária referente à 2024.

OBS CGJ II: Restou verificado, durante a inspeção, que os processos de ANPP (Acordo de Não Persecução Penal) não estão sendo cadastrados no SEEU como execução penal. Havia 41 processos nessa condição.

RECOMENDA-SE ao magistrado que os processos de ANPP sejam devidamente cadastrados e acompanhados no SEEU. Para tanto, após a homologação da ANPP, o Ministério Público deverá ser intimado da sentença para promover o início da execução por meio do sistema SEEU– meio aberto, nos termos do art. 28-A do Código de Processo Penal, seguindo as ORIENTAÇÕES contidas no GUIA PRÁTICO ANPP anexo ao presente relatório (Anexo 5).

12.2 Quantos são os(as) apenados(as) em regime fechado, semiaberto e aberto sob jurisdição da Vara?

A Vara não detém competência para Execução Penal para o regime fechado e nem semiaberto. A competência é apenas para o sistema aberto tendo **73 apenados**.

12.3. Por amostragem, selecione 3 nomes relacionados na lista de presos,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

verificando a regularidade com relação a expedição de guia de recolhimento

1. Mateus Silva Azevedo – Processo nº 0800640-58.2023.8.14.0111 – guia de recolhimento expedida em 27/02/2024 – Regular
2. Rafael Lopes da Fonseca – Processo nº 0800569-56.2023.8.14.0111 – guia de recolhimento expedida em 20/03/2024 – Regular
3. Leandro Dias Nunes – Processo nº 0800569-56.2023.8.14.0111 – guia de recolhimento expedida em 20/03/2024 – Regular

12.4. Por amostragem, selecione 1 nome relacionado na lista de pessoas sob medida de segurança, verificando a regularidade com relação a expedição de guia de internamento ou de tratamento ambulatorial

Não havia processo de medida de segurança na unidade judicial.

12.5 Por amostragem, selecione 1 nome relacionado na lista de presos e verifique com relação a regularidade de emissão de atestado de pena a cumprir se observa os prazos previstos no artigo 12 da Resolução n. 113/2010-CNJ? (Dispõe sobre o procedimento relativo à execução de pena privativa de liberdade e de medida de segurança e dá outras providências)

Por amostragem, foi analisado o Processo nº 0800479-53.2020.8.14.0111, apenado JAILSON VIEIRA CORDEIRO, atestado de pena regular.

13. DAS AUDIÊNCIAS CRIMINAIS:

13.1. Quanto às audiências de custódia, é observado o prazo para sua realização determinado pela Resolução n. 2013/2015-CNJ, de 15/12/2015 e do Provimento Conjunto n. 01/2016-GP/CJCI/CJRMB? (Resolução n. 2013/2015-CNJ – Dispõe sobre a apresentação de toda pessoa presa à autoridade judicial no prazo de 24 horas. Provimento Conjunto n. 01/2016-GP/CJCI/CJRMB – regulamenta a audiência de custódia no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará)

Sim. Porém, quando a prisão ocorre aos finais de semana e feriados a audiência ocorre no primeiro dia útil seguinte à prisão, uma vez que o MP e a DP não atuam em plantão aos finais de semana e feriados.

13.2. Qual a data em que foi realizada a última audiência de custódia?

29.04.2030

13.3. Perfil da pauta:

a) Quantas audiências estão pautadas para o mês seguinte à inspeção?

61 audiências

b) Para qual data está designada audiência mais distante de pessoa que se encontra presa?

28 de maio de 2024

14. VARA COM COMPETÊNCIA DE TRIBUNAL DO JÚRI:

14.1. Quantas sessões do Tribunal do Júri foram designadas nos últimos 03 (três) meses?

Nenhuma sessão designada



14.2. Quantas sessões foram realizadas e quantas foram redesignadas?

Nenhuma

14.3. Quantos processos aguardam designação de Tribunal do Júri? Listar processos nesta situação.

09 processos aguardam designação de Tribunal do Júri:

0000091-08.2009.8.14.0100
0067388-86.2015.8.14.0111
0000545-56.2007.8.14.0100
0000123-47.2008.8.14.0100
0000141-97.2010.8.14.0100
0000062-31.2004.8.14.0100
0006467-59.2018.8.14.0111
0000549-93.2007.8.14.0100
0800302-89.2020.8.14.0111

15. CORREIÇÃO ANUAL:

15.1. Data da última correção anual realizada na Unidade Judicial, com a respectiva numeração no sistema PjeCor.

A última correção ordinária foi realizada na unidade judicial pelo magistrado em 12.01.2024 – PJe Cor – CorOrd nº 0000182-56.2024.2.00.0814

15.2. Existem registros de recomendações/determinações da Corregedoria-Geral de Justiça na correção ordinária anterior? Quais ainda não foram atendidas?

Sim. As recomendações pendentes de cumprimento são as seguintes:

Gabinete:

- a. Oficiar à Secretaria de Segurança Pública para recolhimento de armas depositadas no Fórum;
- d. Reduzir à percentual inferior a 5% do acervo, o número de processos paralisados há mais de 100 dias que se encontram conclusos;
- b. Incrementar a pauta de audiência de instrução e julgamento para que sejam **realizadas** mensalmente o número de audiências correspondente a média de processos distribuídos nos últimos 3 meses;
- c. observar as determinações contidas no Provimento Conjunto nº 002/2021-CJRMB/CJCI, alterado pelo provimento 03/2022-CGJ, quanto à destinação de bens apreendidos, observando o SNBA/CNJ no status a definir a destinação dos bens;
- d. Envidar esforços para julgamento de processos em vista alcance de Meta1 e 2 Nacionais em 2023;

Secretaria:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

DETERMINAÇÕES A SEREM CUMPRIDAS


- a. Realizar os atos necessários e regulares para movimentação dos processos com prioridade legal aguardando cumprimento pela secretaria;
- b. Realizar atos de secretaria, em vista a **reduzir a percentual inferior a 5% de processos paralisados há mais de 100 dias em secretaria**, evitando movimentações que não caracterizam atos de tramitação, como verificado e constante na observação lançada nas orientações desta decisão;

Ipixuna do Pará, PA, data da assinatura eletrônica.

SILVIA MARA BENTES
DE SOUZA COSTA:4596

Assinado de forma digital por SILVIA
MARA BENTES DE SOUZA COSTA:4596
Dados: 2024.08.30 10:59:18 -03'00'

SÍLVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA
Juíza Auxiliar da Corregedoria

Documento assinado digitalmente
 TIARA GUEDES AIRES
Data: 05/09/2024 14:24:31-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

TIARA GUEDES AIRES
Servidora da CGJ

Leituras obrigatórias:

- **Termo de Cooperação Jurisdicional nº 001/2023**, de 30.10.2023 (TJPA e TRT 8ª Região, solicitação de lista de processos trabalhistas quando do deferimento de recuperação judicial ou decretação de falência;
- **COMUNICADO Nº 1/2023-CIJEP**A, de **01.06.2023** (sugestões aos magistrados do TJPA sobre como proceder acerca das ações ajuizadas contra instituições bancárias reivindicando a revisão de contratos ou a declaração de inexistência de relação jurídica com características de possíveis demandas predatórias);

RELAÇÃO DE ANEXOS:

- Anexo 1- **Plano de ação.**
Anexo 2- Relatório de Visita Acolhimento Institucional
Anexo 3- Planilha de Réus Presos Provisórios
Anexo 4- Relatório de Visita à Delegacia
Anexo 5- GUIA PRÁTICO ANPP
Anexo 6- Planilha de Réus Presos Sentenciados